



**A Formação Inicial e Continuada de Professores de Surdos:
Educação Bilíngue & Educação Inclusiva
Como estão as produções sobre o tema?**

SILVANA ELISA DE MORAIS SCHUBERT

Resumo

O presente trabalho resulta de pesquisas realizadas através do Banco de Tese CAPES, do Banco de Teses e Dissertações de Domínio Público e a partir dos resultados encontrados, fez-se consultas específicas a biblioteca de algumas instituições afim de encontrar trabalhos na íntegra, visto que em muitos casos os Bancos de Teses não disponibilizavam o arquivo, ou apresentavam apenas o resumo e características do mesmo, não permitindo acesso ao texto completo. No decorrer da pesquisa, foi possível encontrar outros documentos que se considerou pertinente a utilização, por trazerem informações significativas para o trabalho de pesquisa, entre eles: carta aberta, relatório, documento, monografia e comunicação científica. Os resultados das buscas e investigação foram trabalhados por meio de gráficos e tabelas, de acordo com critérios definidos pela pesquisadora considerando ano de produção, pesquisadores que mais participaram em bancas de defesa de mestrado e doutorados e são autores de livros; tipos/programas de mestrado e doutorado que investem na pesquisa a respeito do tema, palavras-chaves, instrumentos de coleta de informações, linha de pesquisa ou área de concentração, tipo de pesquisa ou estudo realizado e referências de produções de autores surdos, e analisou quais aproximações tem os autores em geral com a escolha do tema. Os resultados serão apresentados a seguir.



Trabalho de Pesquisa: Caminho para o ‘Estado da Arte’

O trabalho de investigação vem de encontro à necessidade de conhecer a produção existente a respeito do tema escolhido para a pesquisa, pois compreende-se que não se pode produzir o novo sem conhecimento da produção que circula na academia brasileira.

De início o trabalho pareceu penoso e extremamente complexo, já que as produções estavam vinculadas a formação de professores de modo geral, sendo necessário filtrar, buscando a especificidade da formação de professores para o trabalho de educação voltada para surdos. Pode-se observar que maior parte dos trabalhos estavam voltados para o estudo da linguística da Libras¹, e da oposição aparente entre língua de sinais e língua oral. Retratando tempo de exclusão, segregação e imposição do oralismo ao surdo.

A educação de surdos teve seu início documentado a partir do século XV, quando se comprovou publicamente a capacidade do surdo para a aprendizagem, ainda que não se investisse na educação do surdo, dava-lhes o direito de serem reconhecidos enquanto cidadãos perante a sociedade, destacando os interesses políticos e financeiros dessa comprovação, pois sem ela não poderiam herdar bens, casar-se, entre outros. Nos séculos que se seguiram, principalmente século XVIII, conhecido como século das luzes, a ciência, a educação, o desenvolvimento geral da sociedade pode ser compreendido como fator que influenciou no reconhecimento do surdo como sujeito com plenas capacidades de aprendizagem, várias personalidades aparecem na história educacional dos surdos, dentre eles Pedro Ponce de Leon, Michel de L’Epeé².

Ponce de Leon ensinava surdos nobres por meio de métodos de oralização, reabilitação; já L’Epeé buscou conhecer, aprender e organizar a Língua de Sinais

¹ Língua Brasileira de Sinais de acordo com o que aparece nas legislações a respeito da Língua dos surdos no Brasil, ou segundo Sasaki (2006) Língua de Sinais Brasileira.

² Para conhecer a história da educação dos surdos ver Oliver Sacks (1990): *Vendo Vozes*; Harlan Lane (1992): *Comunidade Surda Amordaçada: A máscara da Benevolência* e Karin Lilian Strobel (2008): *O olhar do outro sobre a cultura surda*.

utilizada pelos surdos franceses, passou a ensiná-los por meio de sua língua sinalizada, nesse tempo já fazia uso de intérpretes em sala, desenvolveu método próprio o qual divulgava ao público, conseguiu apoio político para abrir a primeira escola pública para surdos em Paris, com isso os surdos passaram a ocupar espaços sociais e empregos com cargos de alto padrão; mas com o acontecimento conhecido como Congresso de Milão (1880), retrocedeu-se ao oralismo como método de instrução e os surdos foram paulatinamente obrigados a desocupar os espaços, os professores surdos foram retirados das escolas e sucedeu praticamente cem anos de insucesso escolar com uma educação centrada na opressão linguística, identitária, onde os professores ouvintes baseavam-se nas instruções clínicas para reabilitação da fala e no treino da leitura orofacial, ou leitura labial para o ensino dos surdos, prática que até hoje é compreendida como o melhor modo de inclusão do surdo na sociedade.

A partir dessa perspectiva clínico-terapêutica, o surdo passou a ter sua educação e seus direitos educacionais e de cidadania vinculados à educação especial, motivo pelo qual as práticas e as políticas são voltadas a um sujeito que precisa se reconhecer como deficiente, para ter garantido o reconhecimento de sua subjetividade. Em meio às práticas de normalização do sujeito, as quais Skliar (2005), chama de ouvintismo³, nos anos de 1960, a partir das pesquisas de Willian Stokoe, a língua de sinais é reconhecida pela Linguística, como língua, pela sua completude, respondendo a todos os critérios necessários para tal *status*. Países como Suécia, Estados Unidos, Noruega, França, Finlândia, há muito reconheceram a língua de sinais como língua de instrução da comunidade surda e desenvolvem a educação tendo como base para sua organização, o sujeito e suas necessidades e centram suas pesquisas em relação a educação de surdos em uma proposta de bilinguismo e de valor reconhecendo as comprovações por Stokoe.

No Brasil. a Língua de Sinais manteve-se na subalternidade até a promulgação da Lei 10.098 que a destacou como acessibilidade para o surdo. Ainda que anterior a isso, pesquisadores estivessem envolvidos e dedicados ao estudo

³ Para o autor o termo Ouvintismo significa olhar e narrar o surdo com se ele fosse um ouvinte, traz a presença da normalização, impondo ao surdo que olhe para si e seja capaz de narrar-se enquanto uma pessoa que ouve.



sobre a Língua de Sinais e a constituição reconheça o direito de igualdade a todos, sem preconceito (BRASIL, 1988), que a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), leve o país a assumir a inclusão como bandeira, identificando as necessidades dos sujeitos, entre eles o surdo e a LDB 9394/96 abra um capítulo inteiro (Capítulo V), para discutir a educação especial, apenas em 2002 a Libras⁴ é reconhecida como Língua oficial brasileira. Regulamentada por meio do Decreto 5626/2005, o qual também trata das características do surdo enquanto sujeito que necessita de experiências visuais para aprendizagem, tendo o direito de receber uma educação bilíngue onde a língua de instrução é a Libras e a língua portuguesa escrita como segunda língua ou L2.

Mesmo em 2014, a educação bilíngue para surdos ainda é ideológica, as classes inclusivas não apresentam o aporte necessário para que o sujeito aprenda em condição de igualdade, ainda abre precedência para que seus direitos enquanto minorias linguísticas não sejam respeitados, isso porque o Decreto 5626/2005, cumprindo um direito constitucional, abre espaço para que os pais decidam onde querem matricular os filhos surdos e não incentivam (realmente) que conheçam as especificidades dos filhos surdos:

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade (BRASIL, 2005, CAP V)

Art.22. § 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras (BRASIL, 2005, CAP.VI)

Considerando que cerca de 90 a 95% das crianças surdas, nascem em lares ouvintes (LANE, 1992, SACKS, 1990), como garantir a condição bilíngue da criança

⁴ Segundo Sasaki (2006c; p.3): "...De acordo com Fernando Capovilla, "*Língua* define um povo. *Linguagem*, um indivíduo. Assim, do mesmo modo como o *povo brasileiro* é definido por uma *língua* ou idioma em comum, o *Português* (que o distingue dos povos de todos os países com os quais o nosso faz fronteira), a *comunidade surda brasileira* é definida por uma *língua* em comum, a *Língua de Sinais Brasileira*.[...] o nome correto é "*Língua de Sinais Brasileira*" (ou "*língua de sinais brasileira*"), pois Língua Brasileira não existe.

surda? Segundo Bakhtin (1986), Vigotski (1998,2009), Luria (1979), a linguagem é ponto central para o desenvolvimento cognitivo da criança e as interações sociais são importantes desde o nascimento, como fica a criança surda se lhe é negado, ou privado o direito, por compreenderem o sujeito tendo como base o que lhe falta e não o que ele necessita para sua humanização, para aprendizagem e desenvolvimento geral?

Como destacado interessa-nos apontar como a formação de professores, tanto inicial quanto continuada vem ou não acontecendo na profissionalização docente e verificar de que modo a educação bilíngue e a educação inclusiva aparecem nas pesquisas acadêmicas.

É considerável que a língua de sinais seja (e é) o foco principal de interesses para as pesquisas a respeito do surdo, sua educação e vivências, mas é necessário compreender onde está centrada a formação do professor para o trabalho com surdos, para tanto far-se-á apresentação de fragmentos do Capítulo VI do Decreto 5626/2005 quanto a formação de professores:

Art.14 § 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

A questão da formação do professor aparece na legislação como algo necessário e pontual, como já destacado, ligado essencialmente ao uso da língua de sinais e língua portuguesa enquanto segunda língua para surdos. No capítulo VI, o professor aparece como o conhecedor da singularidade do surdo frente à aprendizagem e como profissional diferente daquele que trabalha como intérprete e tradutor de Libras, embora ambos necessitem ser bilíngües, mas nada destaca de efetivo quanto à formação:

Art. 22 I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. (BRASIL, 2005).

Cabe-nos analisar os modos pelos quais o professor estará ou ficará ciente das singularidades lingüísticas do surdo e se esse fator é suficiente para que o ensino seja de qualidade, garantindo como demanda a LDB/96, acesso e permanência na escola, independente das suas necessidades, habilidades, limitações ou potencialidades.

Análise das produções

Ao buscar a produção existente a respeito do tema em questão, verificou-se que os temas que envolvem a palavra-chave: surdo ou surdez, estão intimamente ligada ao uso, domínio e desenvolvimento da língua, isso se dá ao fato da Libras estar regulamentada como segunda língua oficial no Brasil, ainda que seu status lingüístico como língua oficial brasileira, não passe das letras da legislação, a sociedade brasileira de modo geral não a reconhece nem a identifica como língua

nacional, seja pela sua modalidade espaço-visual, ou pela sua origem, ou seja; como proveniente da deficiência dos sujeitos⁵.

Buscou-se através de palavras chave a aproximação de produções ao tema, chegando a resultados apresentados nesta pesquisa. A pesquisadora preocupou-se em encontrar trabalhos que ainda que estivessem relacionados a língua, ou a linguística, apresentassem ligação com a formação do professor. As produções encontradas datam de 1996 a 2014, totalizando 78 trabalhos entre artigos, notícia de jornal da Câmara dos deputados, documento, relatório, carta aberta, trabalho de conclusão de curso de graduação e pós graduação, teses de doutorado de diferentes programas e dissertações de diferentes programas de mestrado. Preocupou-se em destacar quais as palavras-chave, compõem os trabalhos, verificar os autores de livros referentes à educação de surdos em diferentes temas, aqueles que mais participaram como orientadores ou como avaliadores nas bancas de qualificação e defesa, analisou-se se entre as produções haviam pesquisas de surdos, ou filhos ouvintes de pais surdos, os quais são chamados de CODAs⁶ (*Child of deaf adults*); ocupou-se de tabelar linhas de pesquisa e áreas de estudo, bem como os instrumentos usados para coleta de dados⁷.

⁵ Carlos Skliar em suas produções destaca que enquanto a Língua de Sinais for compreendida como consequência, ou resultado das deficiências, não será valorizada como língua.

⁶ Os CODAS (ou Codas), eram chamados há algumas décadas de HCDP na língua inglesa: *Hearing Children with Deaf Parents*, ou seja; Crianças Ouvintes com Pais Surdos. Nos anos 80, passam a ser conhecidos como CODA (*Child of Deaf Adults*), por influência da fundação da organização internacional *Children of Deaf Adults*, nos EUA, que dedica-se a compreensão e estudos das experiências de filhos ouvintes de pais surdos. Hoje, o termo CODA é utilizado em diversos países, inclusive no Brasil e Portugal. Ainda há debates a respeito de como grafar a sigla, há autores que usam: CODA para se referir a organização e Coda (escrita somente com a primeira letra em maiúscula e até mesmo com todas minúsculas- coda) para designar os sujeitos. Os CODAs ou Codas; já que não se intenciona uma diferenciação, referindo-se ao sujeito ouvinte, filho de pais surdos são identificados tais como os surdos, como sujeitos bilíngues (tendo como língua utilizada no seio familiar a língua de sinais) e biculturais (pois mesmo sendo ouvintes, apresentam cultura e referências visuais, adquiridas e desenvolvidas com os pais surdos); por causa das características diferenciadas desenvolvidas pelos Codas, muitos deles, enquanto usuários nativos das línguas de sinais, tornam-se intérpretes/tradutores dessas línguas: Libras/Português ou outra Língua de sinais e a língua oral do país.

⁷ Os instrumentos para coleta de dados, tipos de pesquisa, Linhas de pesquisa, áreas de concentração entre outras tabelas que serão apresentadas não corresponderão diretamente ao número de trabalhos analisados, pois houve preocupação em registrar apenas as informações apresentadas diretamente ao leitor, quer no resumo, na apresentação, introdução ou considerações finais. Quando não apresentada ao leitor de modo direto, não inserimos na tabela.

Durante a análise das produções, deparou-se com o destaque de estudos foucaultianos, grande parte das produções utilizavam Foucault como referência, os Estudos Culturais e Estudos Surdos também se destacaram. Para elaborar conceitos e explicar a questão da linguagem Vigotsky (Pensamento e Linguagem) e Bakhtin (Marxismo e Linguagem), foram os autores mais citados. Entre os tipos de pesquisa em que se pautaram os autores, o tipo 'Qualitativa' se sobressai, mesmo quando citados outros tipos de pesquisa com mais de um modelo, a pesquisa qualitativa está presente, segundo apresentado abaixo:

**TABELA 1. MODALIDADES E METODOLOGIAS DE PESQUISA
EM QUE OS ESTUDOS SE PAUTAM**

Pesquisa Qualitativa	12
Estudos Surdos/Estudos Surdos Em Educação	10
Estudos Culturais	9
Pesquisa Etnográfica	4
Pesquisa-Ação	2
Abordagem Quali-Quantitativa	2
Pesquisa Descritivo-Exploratória de Abordagem Qualitativa	1
Abordagem Qualitativa/ Etnográfico-Interpretativa	1
Abordagem Qualitativa e Quantitativa do Tipo Etnográfica	1
Abordagem Qualitativa/Interpretativa	1
Pesquisa (Auto) Biográfica	1
Análise Quantitativa do Tipo Descritiva	1
Abordagem Dialética (Qualitativa e Quantitativa)	1
Pesquisa Colaborativa	1
Abordagem Qualitativa do Tipo Exploratória	1
Análise Prototípica	1

FONTE: Autora/2015

É possível perceber que embora esteja demarcado na tabela constante em 12 trabalhos como principal modelo, a pesquisa do tipo qualitativa aparece citada diretamente e/ou indiretamente 20 vezes. Importa destacar que em muitos trabalhos o tipo de pesquisa é apresentada no desenvolvimento do texto e a tabela 1, destaca os tipos de pesquisa apresentados diretamente do resumo ou na apresentação da

pesquisa, motivo pelo qual as tabelas não apresentarão o número efetivo, nem condizentes quantitativamente com as produções pesquisadas (nota de rodapé n.8).

As pesquisas foram desenvolvidas por meio de diferentes instrumentos para coleta de dados, apresentados na tabela a seguir:

TABELA 2. RECURSOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA- SCHUBERT/2015

Entrevista	19
Observação ou Observação Participante	17
Análise Documental	15
Estudo de Campo ou Pesquisa De Campo	13
Entrevista Semiestruturada	12
Filmagem	10
Pesquisa Bibliográfica	8
Diário de Campo	7
Narrativas	6
Fotografias	5
Questionário	4
Pesquisa Teórico- Interpretativa	3
Depoimento	3
Estudo de Caso	3
Análise do Discurso	2
Análise das Políticas e Legislações	2
Análise de Publicações do MEC	2
Análise do Conteúdo	2
Estudo Etnográfico	2
Pesquisa Prático –Interpretativo	1
Fontes Autobiográficas	1
Análise de Práticas Docentes	1
Consulta ao Banco de Tese da Capes	1
Análise de Projeto	1
Levantamento de Leis e Políticas Públicas	1
Análise de Avaliação e Produção de Alunos	1
Análise do Programa	1
Transcrição	1
Protocolos Verbais	1
Grupo de Estudo	1
Pesquisa Exploratória	1
Estudo Teórico/Bibliográfico	1
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação	1
Fórum de Discussões	1
Análise de Textos Produzidos por Surdos	1
Diário de Campo Semiestruturado	1
Análise dos Currículos dos Cursos de Formação de Professores	1
Análise de Processo Descritivas dos Alunos	1
Visita a Residência dos alunos	1
Análise Linguística	1
Mapeamento	1

FONTE: Autora/2015

Na escolha dos instrumentos para coleta de dados, a entrevista se destaca, em suas diversas faces, considerando que cada autor define o modo de identificar seus instrumentos para coleta de dados, assim nas leituras das produções, buscou-se as formas como a entrevista aparece, são elas: enquanto descrição de si, do outro e do ambiente, em forma de narrativas, de entrevista semiestruturada, depoimento, discurso, protocolo verbal, filmagem (no caso da língua de sinais), fórum de discurso, e outros.

Compreendendo-se por meio da descrição nas produções, onde o sujeito da pesquisa fala de si e de sua relação com o outro e com o meio, Severino (2007, p.124-125), destaca a importância da entrevista na coleta de dados, desde que o pesquisador esteja inteirado com o sujeito da pesquisa, atento e aberto as informações, visando apreender o que 'o', ou 'os' sujeitos da pesquisa, pensam, como argumentam, o que sabem, como e o que representam. As entrevistas podem ser não-diretivas, onde o entrevistado pode falar sobre o que deseja, com liberdade e o entrevistador registra tudo, estimulando ou intervindo quando necessário. As entrevistas diretivas contém uma série de questões elaboradas pelo entrevistador com antecedência; são mais categorizáveis, facilitando a organização das respostas.

Destacamos outros instrumentos utilizados em maior parte das pesquisas como: observação participativa ou não, a análise de diferentes formas (documentos, *in loco*, da política, da legislação, etc...), estudo e diário de campo, quando relacionados a surdos, as filmagens e fotografias são instrumentos comuns, questionários que normalmente antecedem as entrevistas ou sucedem as visitas *in loco*, entre outros. Quanto a busca pelas palavras-chave, há diversidade de escolha pelos autores, conforme tabela apresentada:

TABELA 3. PALAVRAS-CHAVE DESTACADAS NAS PRODUÇÕES

Bilinguismo ou Educação Bilíngue	19
Língua de Sinais ou Libras Educação ou Educação Inclusiva Formação Docente ou Formação de Professores	15
Educação de Surdos	14
Surdez	13
Surdos ou Alunos Surdos	8
Professor Surdo Educação	6
Linguagem Identidade	5
Português -por- Escrito como segunda Língua Representações Sociais	4
Políticas Educacionais Formação Continuada Prática Docente Letramento da L2 Pesquisa Currículo Educação Especial Formação Estudos Surdos	3
Inclusão / Exclusão Professores Práticas Pedagógicas Cultura Escolar Ensino de Língua Estrangeira ou Aprendizagem de Língua Estrangeira Formação de Professores Surdos de Libras Formação de Interprete de Libras Normalização	2
Ensino de Libras Legislação de Libras Ensino Superior Proposta Curricular Bilíngue Diferença Cultural Surda Política Inclusiva Discurso Casais Interétnicos Professores de Língua Portuguesa Práticas Bilíngues Projeto Bilíngue Inclusão no Ensino Fundamental Escolarização de Surdos Curso Bilíngue de Pedagogia Pedagogia Ouvintismo / Audismo Relação de Poder Processo de Ensino Aprendizagem de Língua Aquisição de Linguagem Comunidade Surda Movimentos Surdos Identidade Docente	1



Deficientes Auditivos Expectativas Ensino Concepção Ensino de Línguas Cultura Surda Bilinguismo Familiar Identidade Linguística Identidade Cultural História da Educação História das Instituições Educacionais INES Governamentabilidade Competência Profissional Didática nas Licenciaturas Professor pesquisador Legislação Educacional Inovação na Formação Docente Formação Inicial e Continuada Professores Reflexivos Saberes da Docência Política e Ensino Povo Surdo Marcas Culturais Aprendizagem da Leitura Leitores Surdos Diferenças Políticas Linguística Língua Materna Língua Portuguesa Políticas de Formação de Professores Professor Iniciante Profissionalização Docente Escolas Especiais para Surdos Políticas Públicas Políticas de Educação Especial Preconceito Disciplinamento Rede de Saber / Poder Escolas Bilíngues Línguas de Sinais Emergentes Professores Ouvinte História Cultural	
---	--

FONTE: Autora/2015

As palavras que se sobressaem na tabela 3, estão intimamente relacionadas ao tema formação de docentes para o ensino de surdos, mesmo as que aparecem em melhor número. Não houve exclusão de palavras, buscou-se apresentar todas as palavras utilizadas, cuidando de ajustar termos sinônimos.

Quanto aos professores orientadores e examinadores nas bancas, buscou-se tabelar os que mais apareceram na produção acadêmica coletada, trazendo como referência os autores que se destacam também nas produções da área, tais como: Nídia Limeira de Sá, Ana Regina Campello, Ronice Quadros, Lodenir Karnopp, Karin Lilian Strobel, Maria Cecília Góes, Ana Balieiro Lodi, entre outros que constam na tabela:

TABELA 4. ORIENTAÇÃO e/ou PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE AVALIAÇÃO

Ronice Müller de Quadros	9
Cristina Bróglia Feitosa de Lacerda	6
Ana Claudia Balieiro Lodi	5
Anna Maria Lunardi Padilha	5
Maria Cecília Rafael de Góes	4
Madalena Klein	4
Marianne Rossi Stumpf	4
Gladis Perlin	4
Maura Corcini Lopes	3
Adriana da Silva Thoma	3
Regina Maria de Souza	3
Maria Cristina da Cunha Pereira	3
Sueli Fernandes	2
Marcia Lise Lunardi Lazzarin	2
Sonia Lopes Victor	2
Nídia R. Limeira de Sá	1
Ana Regina Campello	1
Lodenir Becker Karnopp	1
Karin Lilian Strobel	1
Maria Lucia Masutti	1

FONTE: Autora/2015

Entre as pesquisadoras apresentadas na tabela 4, destaca-se a presença de Gladis Perlin, Marianne Stumpf, Karin Strobel, como doutoras surdas, referência para os surdos do país. No desenvolver do texto será apresentado um gráfico no intuito de observar a participação de alunos surdos no desenvolvimento de pesquisas a respeito das necessidades linguísticas, culturais, identitárias e acadêmicas dos surdos, reconhecendo a importância desses sujeitos para as pesquisas na área.

Das instituições, observa-se que a UFSC é uma importante instituição quando relacionado aos estudos sobre o surdo, a questão da surdez e a língua de sinais, continua no centro das referências sobre esses sujeitos, sendo responsável também

pela abertura dos cursos de Letras/Libras⁸ primeiro curso para formação de licenciados surdos para ensino da Libras e de bacharelado para tradução e interpretação de Libras/Português no Brasil, sendo também organizadora e avaliadora junto ao MEC, das provas ou exames de Proficiência em Língua de Sinais Brasileira- PROLIBRAS, que avalia e certifica surdos e ouvintes para interpretação e ensino de Libras no Brasil.

Em seguida da UFSC, pode-se verificar as produções da USP, UNICAMP, UFPR, UNIMEP, UFSM, UNIOESTE e PUC/SP como as que apresentaram maior número de pesquisas referente ao tema, embora outras instituições estejam presentes segundo tabela a seguir:

**TABELA 5. INSTITUIÇÕES ONDE AS PESQUISAS APARECEM
E NÚMERO DE PESQUISAS POR INSTITUIÇÃO**

USFC – Universidade Federal de Santa Catarina	8
USP – Universidade de São Paulo UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas	5
UFPR – Universidade Federal do Paraná UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba UFSM – Universidade Federal de Santa Maria	4
UNIOESTE – Universidade do Oeste do Paraná PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	3
USFCAR – Universidade Federal de São Carlos UFC – Universidade Federal do Ceará UEL – Universidade Estadual de Londrina INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte PUC/PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná UNESP – Universidade Estadual de São Paulo UFES – Universidade Federal do Espírito Santo	2
UFBA – Universidade Federal da Bahia UFPEL – Universidade Federal de Pelotas UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais UNIFEI – Universidade Federal Itajubá Universidade Estácio de Sá Universidade Fluminense Universidade Mackenzie Universidade do Mato Grosso do Sul	1

⁸O curso teve início em 2006, na modalidade a distância. Abriam polos de licenciatura em Letras-Libras da UFSC, contando com nove polos de ensino e 495 alunos, sendo a maioria surdos. No ano de 2008, foi incluída a habilitação de bacharel em tradução e interpretação de língua de sinais. Um ano depois, começou o curso presencial de Letras-Libras na UFSC. Conta com páginas que apresentam o curso em Libras e informações sobre o curso em página própria. Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/>> e <<http://www.libras.ufsc.br/>> Acesso em 3 de dezembro de 2014



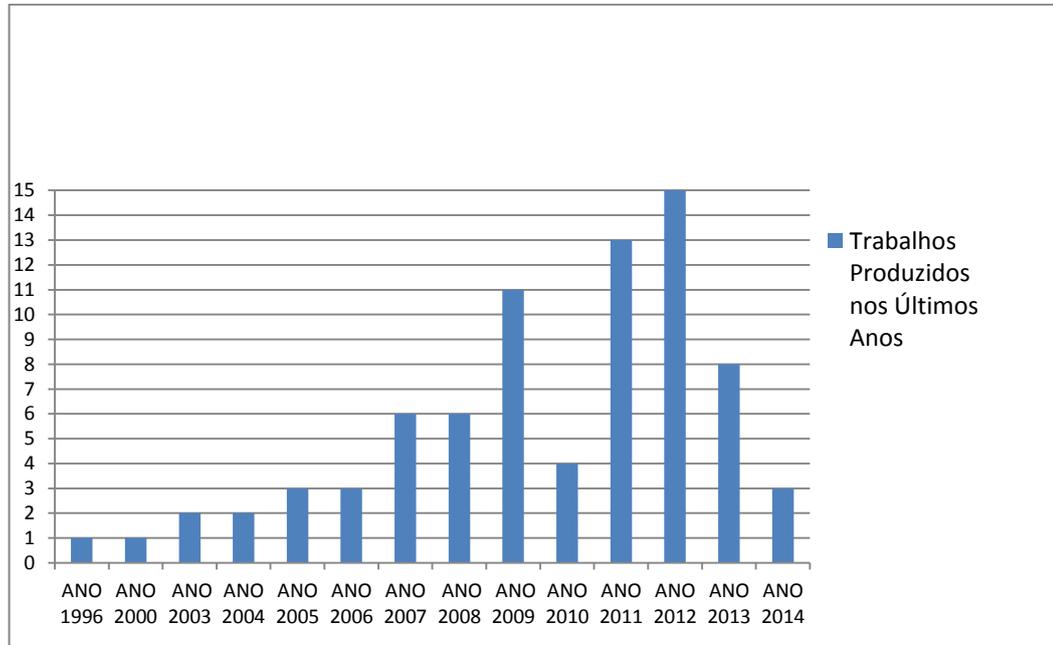
UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul INSOR – Instituto Nacional para Surdos UCB – Universidade Católica da Bahia UFAM – Universidade Federal do Amazonas Universidade Estadual Paulista Universidade Técnica de Lisboa Universidade do Estado da Bahia UNISC – Universidade Santa Cruz do Sul FENEIS/DF – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos Universidade de Stocolmo MEC Revista Cultura Surda Revista Eletrônica (da Faculdade do Araguaia) Câmara dos Deputados-DF	
---	--

FONTE: Autora/2015

Nas pesquisas apresentadas na tabela 5, pode-se verificar que o número de trabalhos mesmo entre as que mais se destacam não parece significativo, no entanto, cabe lembrar que as palavras consideradas carro-chefe anunciam formação de professores para a educação de surdos, formação inicial e continuada, educação bilíngue e educação inclusiva. Esse destaque se dá visto que nos bancos de consulta, encontra-se número significativo de trabalhos da UNISINOS, principalmente sob orientação de Maura Corcini Lopes, referente aos Estudos Surdos e Estudos Culturais, voltados para a questão linguística; língua de sinais, Identidade e Cultura Surda, entre outros, os quais não fazem parte dessa análise por não atenderem diretamente ao tema principal da pesquisadora, sem desvalorizar o aspecto sociolinguístico, se fez necessário centralizar a busca e fazer um recorte teórico no tema: formação do professor e o modelo de escola ofertada ou ofertável ao aluno surdo.

Quanto aos trabalhos encontrados nos últimos anos a respeito do tema em questão, procura-se demonstrar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 1. QUANTIDADE DE TRABALHOS PRODUZIDOS NOS ÚLTIMOS ANOS



FONTE: Autora/2015

O primeiro trabalho encontrado refere-se a 1996, o ano da nova LDB 9394/96, logo após o acordo dos governos com a UNESCO, a fim de ofertar uma educação inclusiva, que alcance a todos. Mas quanto a formação de professores para a educação de surdos, não encontramos trabalhos significativos, entende-se o fato relacionando também a dificuldade no uso da tecnologia, não era comum o armazenamento de trabalhos científicos nas redes de comunicação, tampouco eram utilizadas com a eficiência que hoje se tem. O trabalho de 1996 apresentado no gráfico 1, refere-se à formação inicial e contínua do professor, os saberes da docência e identidade do professor, foi escrito por Selma Garrido Pimenta (1996) e apresenta sistematização dos fundamentos teórico-metodológicos para análise da prática docente como caminho para se repensar a formação inicial e continuada dos professores. Ressalta que a formação inicial pouco contribui para a formação da identidade profissional; e quanto à formação continuada são desenvolvidos cursos de suplência ou para atualização de conteúdos, portanto, entende como necessário



ressignificar o processo, abrindo caminho para uma formação além do que está cristalizado.

Após a significativa produção de Pimenta, no ano 2000 a pesquisadora de referência Maria Cristina da Cunha Pereira orienta Angélica Bronzatto de Paiva e Silva em sua dissertação de mestrado com o tema: O aluno surdo na escola regular: Imagem e ação do professor, pela UNICAMP, o qual busca conhecer a imagem que o professor da escola regular está construindo a respeito do aluno surdo e da surdez, e as influências desta imagem na ação docente, a autora identifica a falta de formação específica dos professores que trabalham com surdos, e nos discursos dos professores participantes da pesquisa o aluno surdo era idealizado como capaz para aprendizagem, no entanto, na prática em sala de aula, os professores ofertavam atividades facilitadas, práticas permissivas, quanto à linguagem, as professoras sujeitos da pesquisa relatavam pouco conhecimento da língua de sinais. Destaca-se que no ano 2000, aprova-se a lei da acessibilidade 10.098/2000 no dia dezanove de dezembro, que destaca a Libras como meio de acesso a comunicação do surdo.

A partir da aprovação da Libras pela Lei 10.436/02, regulamentada pelo Decreto 5626/05, ampliou-se o número de trabalhos científicos seguintes, destacando o número de produções no ano 2012 aos dez anos da Lei da Libras. No ano de 2014, percebe-se uma redução de produções, justificável já que esta análise se dá anterior ao término do ano letivo.

Antes do decreto 5626/05, o surdo era compreendido por meio de uma visão clínico-terapêutica que buscava a normalização, posterior a ele, a discussão a respeito da formação do professor surdo, do professor bilíngue, da escola inclusiva e da escola bilíngue, bem como da formação geral de professores com ênfase nas especificidades dos sujeitos vem se ampliando, buscando a perspectiva socioantropológica sobre a surdez e o sujeito surdo; ainda que os trabalhos anunciem essa perspectiva, acabam abarcando numa inclusão ideológica e uma escola e educação bilíngue necessária as subjetividades e características surdas, que não se efetiva. Há uma contradição dos debates políticos, os discursos não se efetivam e essa realidade contraditória aparece nas produções.

O trabalho que mais chamou atenção para a leitura, foi o de Rúbem da Silva Soares (2013), que destaca a dificuldade de encontrar trabalhos sobre a formação de professores bilíngues para surdos, traz ao debate a formação inicial apontando desafios para que essa formação aconteça, destaca a falta de empenho do MEC e das Instituições de Ensino Superior para a educação de surdos, já que a formação inicial de professores está subordinada a formação de professores para a educação básica geral, destacando que se a escola não conhece a língua do sujeito, se a escola não se efetiva como bilíngue, como o surdo se tornará bilíngue? (Soares, 2013, p.121). Soares, convida a refletir que ainda que o surdo se recusasse a aprender em português (que é seu direito), ele ficaria privado de interações na sociedade que o cerca; um isolamento que já deveria estar superado, isolamento desnecessário, mas que de qualquer maneira o surdo necessitaria de um mediador, um professor, até mesmo para se rebelar, pois precisa ser ensinado, precisa também ser compreendido, precisa de interações que são produções sociais, fator também destacado por Taveira (2014), autora que aparece para nossas análises apenas após as referências deste trabalho no final do ano de 2015.

Grande parte das pesquisas destaca que a língua portuguesa é ensinada como língua materna a todos, e a formação docente trabalha didáticas, metodologias de língua portuguesa enquanto primeira língua e quanto ao surdo, se limita a ensinar alguns sinais da Libras a fim de cumprir sua obrigação com a Lei e com a sociedade e quando a usam fazem de modo instrumental para facilitar o ensino da língua portuguesa.

As pesquisas mais recentes apontam que o professor precisa de subsídios para conhecer, identificar e trabalhar com aspectos singulares dos surdos, quer seja a cultura, a identidade, a língua, o modo visual de ensino/aprendizagem ou as produções escritas. O modelo formativo do professor é compensatório, com base no que falta, na deficiência, a formação continuada não acontece, as normatizações, Leis, Decretos, relatórios políticos, falam de uma educação que não é bilíngue, nem intenta ser; as políticas sofreram alterações aparentes, na forma do discurso, mas sua essência é comum, igual para todos, mesmo em meio a diversidade.

A organização do gráfico corresponde a um período histórico das produções que vai de 1996 a 2014, mas não se pretendeu estabelecer um parâmetro cronológico para justificar as pesquisas acompanhando uma história específica na educação de surdos; Saviani (2006), esclarece que a história não é cronologia, mas que as passagens de um tempo a outro, ou séculos, eras, são meios utilizados para organizar e demarcar períodos, no entanto os acontecimentos não coincidem com uma data específica.

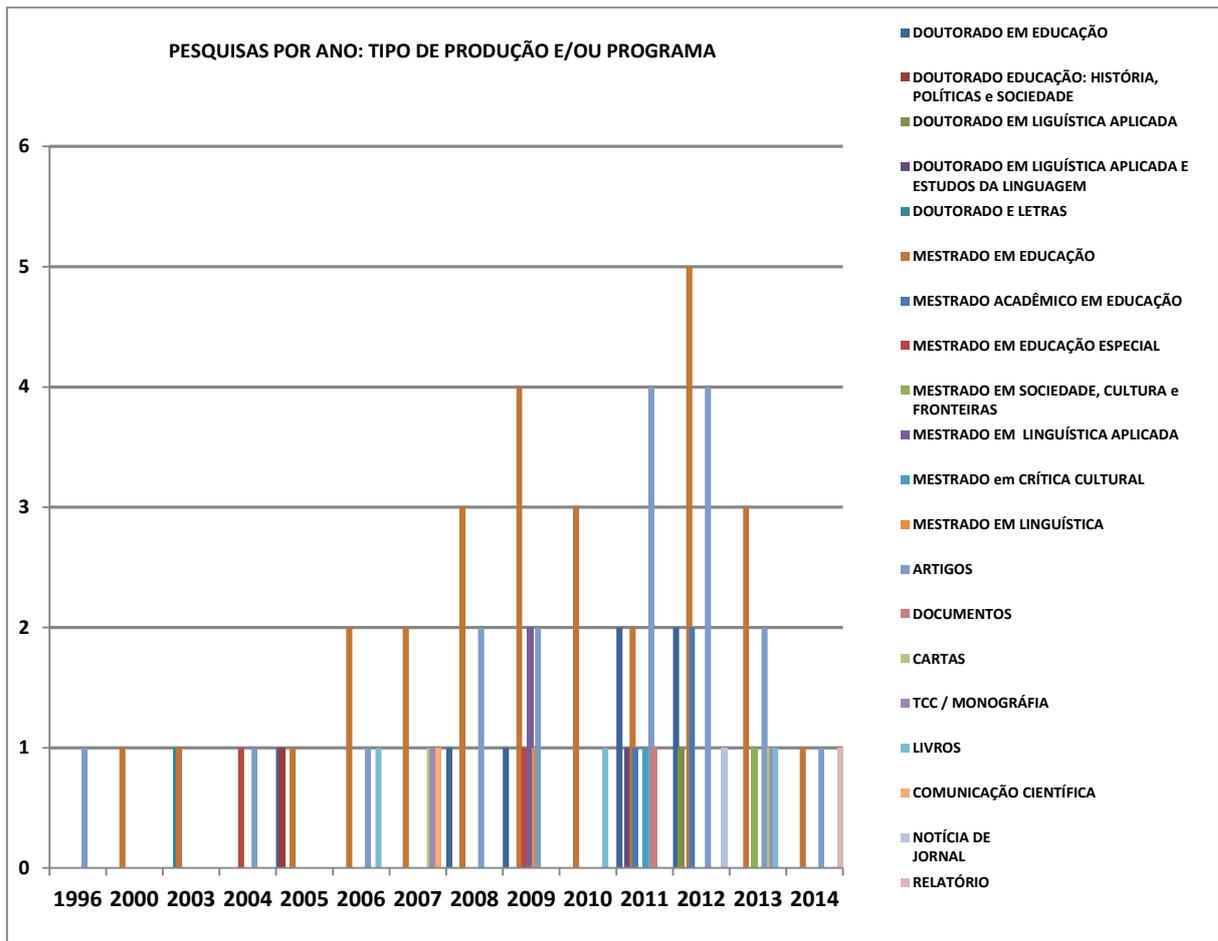
Portanto, embora as pesquisas se concentrem em uma época onde a Libras está em “ascensão”, os métodos tem como base a oralidade e os professores continuam centrados numa formação geral, como era de início atrelada à ideologia vigente do período político e a ideologia da classe dominante; e segundo Saviani (2006), a essa cabe orientar o processo de formação que se incumbiriam dessa educação, por isso mantém-se sujeita as oscilações sociais, econômicas e políticas, entre outras.

Dos trabalhos analisados, destaca-se que o professor bilíngue é necessário a educação do surdo, mas que não pode ser confundido com o trabalho do intérprete educacional, profissão regulamentada por meio da Lei 12.319/10 (BRASIL, 2010). A partir de 2005 já se discutia a função do intérprete, buscando meios de diferenciar o intérprete de modo geral e o intérprete educacional, mas na regulamentação da profissão não houve preocupação com tal diferenciação, apenas destaca que ele não é o professor, problema abordado por Quadros (2004), ao discutir os papéis do intérprete, a autora destaca que mesmo o MEC denominando o intérprete que trabalha na escola de Professor-intérprete, o profissional precisa ter clareza de que não atuará como professor no momento em que é contratado como intérprete, para tanto, também lhe é solicitada formação adequada.

Nos anos de 2013 e 2014, apontados no gráfico com a redução de produções, encontramos estudos vinculados a formação do professor de Libras, a Linguística da Libras e a Libras no contexto do ensino superior, enquanto disciplina, bem como estudos relacionados a proficiência linguística de professores e intérpretes educacionais; os quais não aparecem como centro desta análise.

Quanto ao *lôcus* das pesquisas, os programas onde o tema aparece, podem ser observados no gráfico abaixo que maior parte das produções estão vinculadas aos programas de mestrado, principalmente educação:

GRÁFICO 2.

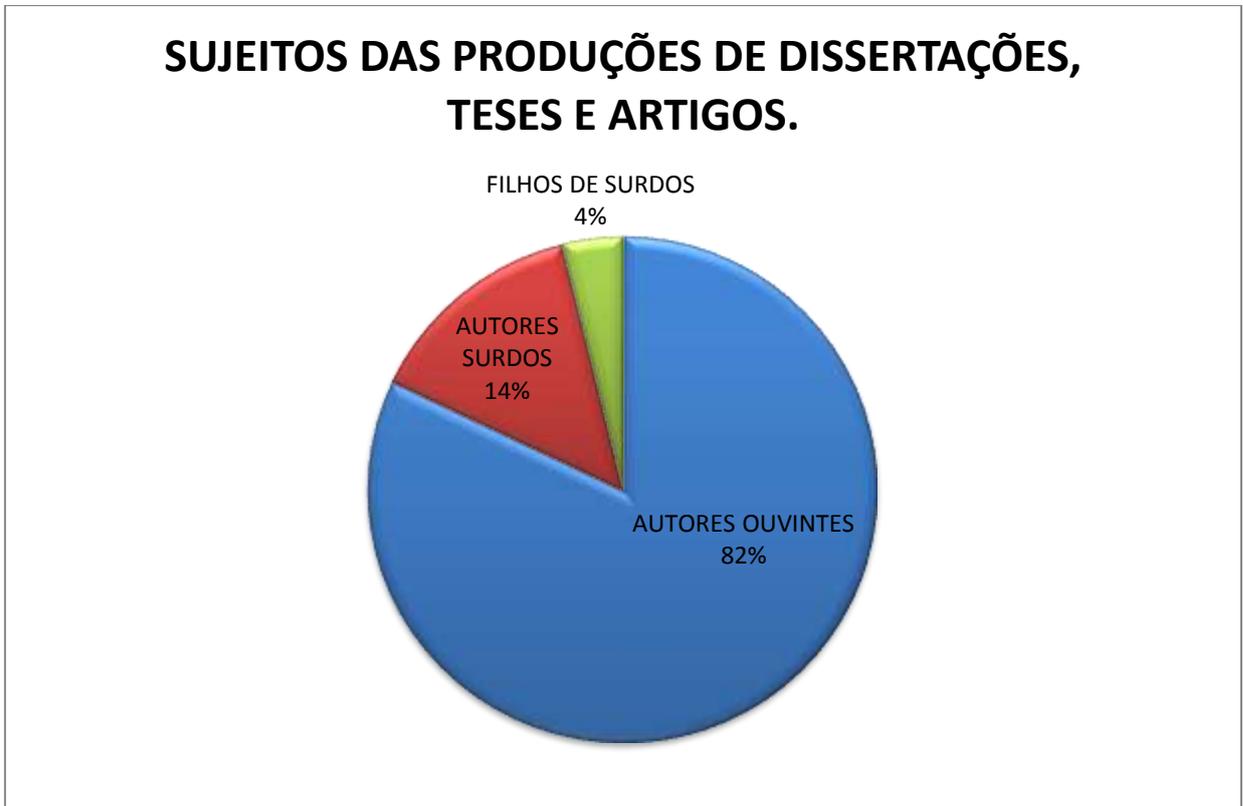


FONTE: Autora/2015

Conforme destacado na apresentação do trabalho, houve preocupação em identificar durante as leituras se havia e de onde falavam as ‘produções surdas’⁹, desenvolvidas por autores surdos ou por *Codas ou CODAs*, que são os ouvintes, filhos de pais surdos. Os quais tratam dos temas de modo subjetivo, falam do interior das vivências surdas, ou seja; de um território comum, uma realidade específica de quem vive uma educação da e para a subjetividade e singularidade surda. Observe o gráfico 3:

⁹ Ou produções de Surdos. É comum nos estudos relacionados aos surdos, que se utilize: Pedagogia Surda, Currículo Surdo, Literatura Surda, e outros, tendo como base a cultura e identidade Surda.

GRÁFICO 3.



FONTE: Autora/2015

Observa-se que 14% das pesquisas foram desenvolvidas por surdos e 4% por CODAs, mesmo sendo 82% pesquisadores ouvintes, demonstra o quão significativa é a qualificação dos sujeitos na atualidade, pós regulamentação de direitos específicos surdos, podendo a sociedade 'ouvir' aqueles que vem sendo ao mesmo tempo sujeitos centrais e pesquisadores das produções, para quem a educação vem se constituindo como inclusiva.

Nas produções desenvolvidas por surdos, encontra-se Larissa Silva Rebouças (2009), falando sobre a prioridade dos docentes surdos para ensinar a disciplina Língua Brasileira de Sinais nas instituições de Ensino Superior, destacando a regulamentação em 2005 do Decreto 5626; critica a atuação de ouvintes nas disciplinas de Libras tratando como uma apropriação indevida do direito do surdo pelos ouvintes. Monica Astuto Lopes Martins (2010), que fala sobre a relação de professor surdo e alunos surdos em sala de aula, destaca a importância



de uma abordagem bilíngue e da presença do professor surdo para que o ambiente, as aulas e as interações tenham significado no processo de ensino aprendizagem mediados pela linguagem compartilhada entre professor e aluno para aquisição do letramento. Discute a pedagogia surda e formação do professor surdo, ressalta que no contexto educacional os professores não estão preparados para atender as necessidades linguísticas dos surdos e a proposta bilíngue, gerando fracasso escolar, defende que somente o professor surdo poderá possibilitar o diálogo, a troca, o confronto de ideias, baseando-se em Bakhtin.

O professor surdo está se constituindo como uma nova identidade docente, a pesquisadora vislumbra a construção de uma nova Pedagogia Surda.

Destaca-se ainda Sibeles Maria Souza (2012), a qual levanta a questão da formação do professor bilíngue, contrastando socialmente com a compreensão social da surdez por meio da deficiência. Ressalta os movimentos surdos no debate contra esse modo de pensá-los, apresenta ainda sua experiência em um projeto de inclusão Bilíngue em Campinas. Critica a formação de professores em São Paulo quando vista como referência, destaca que desde 1985, quando iniciou sua vida escolar, a prática é clínica e segregadora; professores se comportam como fonoaudiólogos.

Hoje há obrigatoriedade, mas a carga horária de Libras na formação do professor é insuficiente e o modelo de formação de professores não forma para o trabalho com surdos. Souza (2012), fala das passeatas e movimentos de surdos em 2011, em prol do não fechamento das escolas para surdos e do próprio INES, bem como pelo direito à estudar em escolas bilíngues. A autora investigou a implantação de um projeto, um Programa de Inclusão Bilíngue em Campinas, apontando que o projeto em Campinas teve resistência dos pais, tendo apenas 20,4% dos surdos matriculados no projeto de inclusão bilíngue, também aparecem fatores que envolvem a formação do professor, e outros relacionados ao financiamento reflexo da economia, pois manter o surdo com duas matrículas (em dois períodos), requer repasses adicionais de verbas.

Cristiane Ramos Müller (2009), debate as representações culturais produzidas sobre os professores surdos inseridos no Ensino Superior; articula as

ações das políticas inclusivas com a produção da identidade surda. Busca fazer a análise sobre o poder dos discursos na constituição e formas de pensar a realidade dos professores surdos que atuam no ensino superior. Destaca sua trajetória de vida e formação, denuncia o fato de que muitos surdos tem escolaridade fraca e são aprovados pelos professores mesmo sem conteúdos mínimos para a série. Critica o PROLIBRAS ressaltando que o mesmo não forma, não qualifica, apenas certifica. Compreende o PROLIBRAS como política aligeirada em que muitos profissionais desqualificados podem ser certificados e estarão trabalhando no Ensino Superior e as universidades tem oferecido vagas, mas ainda não há oferta qualificada de professores surdos para a demanda exigida.

Segundo Müller (2009), é necessário cuidado com a formação de professores surdos para atuar no ensino superior, se há preocupação para que o aluno surdo seja bem formado enquanto discente, deve haver a mesma preocupação com as representações que a formação do professor surdo pode gerar.

Destaca-se ainda a produção de Karin Lilian Strobel- surda (2008) e de Lucienne Matos da Costa, filha de surdos (2007), sobre cultura surda e a história cultural, marcas culturais dos surdos que crescem para os debates do que se deixa para que as gerações futuras valorizem a história, identidade, cultura e as condições educacionais dos sujeitos.

Num aspecto que ainda aborda a cultura, a história e o acervo necessário as novas gerações de surdos, Mariana de Lima Isaac Leandro Campos (2008), contribui com o debate, quando relata sobre seu encontro tardio com a cultura surda, e a necessidade de políticas que garantam a educação que os surdos precisam, já que se torna impossível uma escola bilíngue em cada cidade do estado, vê como necessário uma organização do que é possível fazer.

Outra pesquisadora surda, emociona com sua pesquisa: Simone Gonçalves de Lima da Silva(2009, p.15): "Fui descoberta por alguns surdos tudo mudou de foco.Senti que encontrei a solução para aquele "problema" e a parte que faltava para eu ser eu mesma."; retrata questões políticas e formativas em Santa Catarina e as deficiências para uma educação de qualidade.

Sílvia Andreis Witkoski (2011), que ficou surda e vivenciou a transição exclusiva entre ser “normal” e posteriormente perder o seu lugar nos espaços sociais, sentindo a rejeição e a inversão da igualdade em desigualdade. Shirley Vilhalva (2009), pesquisadora surda que mapeou as línguas de sinais emergentes em meio a comunidades indígenas. Elomena Almeida (2010), surda, fala do profissional intérprete atuando na educação e questões de formação necessárias para o trabalho.

Essas são algumas das pesquisas desenvolvidas por surdos e filhos de surdos, demonstrando o quanto é necessário a formação para o trabalho com surdo e a necessidade que essa aconteça por meio de uma perspectiva, e metodologia bilíngue.

Concluindo, mas não finalizando

Podemos ignorar o processo histórico em que as coisas aconteceram, mas, como destaca Saviani (2006, p.18), o processo histórico não nos ignora, porque devemos a ele a formação cultural adquirida.

A análise apresentada vem comprovar a necessidade de produções referentes à formação de professores para a educação de surdos, voltada para a subjetividade do sujeito, as necessidades apontadas na legislação e percebidas na realidade social e educacional.

Os documentos de modo geral não dão a devida importância a formação dos profissionais surdos e bilíngues (ouvintes e surdos), apenas apontam, mas não dão conta de implantar ou fiscalizar os espaços de formação e o modo como são formados os docentes. As pesquisas analisadas destacam que precisa estar claro o fato de ser ouvinte ou surdo não constitui problema, mas, este está centrado nas metodologias de ensino inadequadas às especificidades dos sujeitos. É nas metodologias e na formação adequada do docente, que se encontra o alicerce para uma educação de qualidade.

A identidade do professor para o trabalho com surdos está em construção, como destaca Pimenta (2014, p.12), uma identidade profissional não se constrói no vazio, sem significação, mas se constrói a partir da significação social da profissão, de uma revisão constante dos significados sociais e até mesmo das tradições que a constituem; não desconsidera a reafirmação de práticas culturalmente consagradas e que permanecem significativas, resistindo as inovações pois já contém em si os saberes válidos às necessidades da realidade que pertencem e ainda, do confronto entre as teorias e as práticas; pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano, a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor.

É preciso considerar a importância da pesquisa proposta, pois envolto em práticas ditas inclusivas, com apoio documental a formação de professor continua básica e geral, preparada para uma diferença que se firma no vazio, onde os alunos nunca foram tratados tão iguais. Bakhtin (1986), destaca a importância das interações sociais, dialógicas, Vigostky (1998, 2009), aponta para a importância da linguagem no desenvolvimento cognitivo da criança, considerando as relações e interações linguísticas com os adultos desde o nascimento, pois são esses que medeiam as aprendizagem por meio da própria linguagem, fatores que os surdos nem sempre tem oportunidade de vivenciar.

Se os professores que devem ser a anatomia mais desenvolvida não forem capazes de oferecer mediações de qualidade na escola, os esforços apresentados no Congresso de Milão para que se efetivasse o oralismo como método de ensino para surdo, gerando opressão, fracasso e insucesso, voltarão a se efetivar (como nunca deixaram de fazer) com mais força em pleno discurso de inclusão.

Entende-se que não basta estudar e se acomodar apenas na língua, uso e difusão, mas esse é fator essencial na formação do professor e na organização do modelo escolar, ou perspectiva educacional para que o surdo não fique alienado, nem isolado. Conforme cita Marx (2013, p.149), a linguagem é produto social dos homens.



A formação do professor precisa ser de fato inclusiva, preocupando-se com a comunicação, as interações, as necessidades, deve considerar o sujeito como um todo, ainda há que se investigar como essa formação vem acontecendo, pois aparecem nas produções os procedimentos amparados e cristalizados em modelos tradicionais que desconhecem as necessidades e experiências surdas, bem como as estratégias de ensino para alcançá-los de fato.

A formação continuada deve levar em conta o cotidiano e considerar as reais necessidades desse sujeito; não estar pautadas nos velhos e conhecidos procedimentos teóricos oralistas que sustentam a formação histórica de professores, pois a escola que se pretende inclusiva, não pode marginalizar, nem permanecer ela mesma a margem do contexto social e específico do sujeito, atendendo as necessidades de ‘todos’ sem distinção. Ela precisa sim, ‘distinguir as necessidades de todos’, sem exclusão; uma escola de fato e direito independente do termo que a denomine.

Referências

ALBRES, Neiva de Aquino. A Educação de Alunos Surdos no Brasil do Final da Década de 1970 a 2005: Análise dos Documentos Referenciadores. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- Centro de Ciências Humanas e Sociais. Campo Grande/MS. 2005.

ALMEIDA, Elomena Barbosa de. O Papel de Professores Surdos e Ouvintes na Formação do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais. (Dissertação de Mestrado). Universidade Metodista de Piracicaba. 2010.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV- 1929). Marxismo e filosofia da Linguagem. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BRASIL, Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: < Estabelece http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm.> Último acesso em 10 de dezembro de 2014.



_____, Lei 9394 de 1996. Estabelece diretrizes e bases para a educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Último acesso em 10 de dezembro de 2014.

_____, LEI 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua de Sinais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Último acesso em 10 de dezembro de 2014.

_____, Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta Lei 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e p art. 18 da Lei n.10.098 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Último acesso em 10 de dezembro de 2014.

_____, LEI 12319 de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm> Último acesso em 10 de dezembro de 2014.

_____, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Último acesso em 10 de dezembro de 2014.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Cultura Surda: Possível sobrevivência no Campo da Inclusão na escola regular?. (Dissertação de Mestrado). UFSC. 2008.

COSTA, Lucienne Matos da. Traduções e marcas culturais dos surdos Capixabas: Os discursos desconstruídos quando a resistência conta a história. Universidade Federal do Espírito Santo. 2007.

LANE, Harlan. A máscara da Benevolência. A comunidade surda amordaçada. Tradução: Cristina Reis. Coleção: Horizontes pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget - divisão editorial, 1992.

LURIA, A.R. Curso de Psicologia Geral: Linguagem e Pensamento. Volume IV, Rio de Janeiro, RJ. Civilização Brasileira, 1979.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo. São Paulo. Boitempo, 2013. (Marx e Engels).

MÜLLER, Cristiane Ramos. Professor Surdo no Ensino Superior: Representações da Prática Docente. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de Professores – Saberes da Docência e Identidade do Professor. Revista da Faculdade Educacional de São Paulo. v.22; n.2,



p.72-89, jul/dez.1996. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33579>>. Acesso em 1 de novembro de 2014.

QUADROS, Ronice Müller de. O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa . Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf> > Último acesso em 6 de setembro de 2014.

REBOUÇAS, Larissa Silva. A prioridade dos docentes surdos para ensinar a disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas instituições de ensino superior após decreto 5.626/2005. 171f. il. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia.

SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo de surdos. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

SASSAKI, Romeu Kassumi. Terminologia Sobre Deficiência na Era da Inclusão. Consultor de inclusão social e autor dos livros *Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos* (7.ed., Rio de Janeiro: WVA, 2006) e *Inclusão no Lazer e Turismo: em busca da qualidade de vida* (São Paulo, Áurea 2003). Texto encaminhado por e-mail: romeukf@uol.com.br. Em 2012.

_____. Como grafar siglas (2006b). Texto encaminhado pelo autor por e-mail. Ano 2012.

_____. Nomenclatura na área da surdez. Consultor de inclusão social, 6/1/06c. [atualizado em 2011]. Encaminhado pelo autor por e-mail em 2012.

SAVIANI, Dermeval [et al.]. O Legado Educacional do Século XX no Brasil. 2.ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva e. O Aluno Surdo na Escola Regular: Imagem e Ação do Professor. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. 2000.

SILVA, Simone Gonçalves de Lima. Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: das Políticas as Práticas Pedagógicas. (Dissertação de Mestrado). UFSC, 2008.



SOUZA, Sibeles Maria. Apontamentos sobre a formação de professores bilíngues para a educação de surdos em Língua de sinais. (Dissertação de Mestrado). UNICAMP. 2012.

STROBEL, Karin Lilian. Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História. Florianópolis, 2008. Tese de Doutorado em Educação – UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

MARTINS, Monica Astuto Lopes. RELAÇÃO PROFESSOR SURDO/ALUNOS SURDOS EM SALA DE AULA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS BILÍNGUES E SUAS PROBLEMATIZAÇÕES. (Dissertação de Mestrado). UNIMEP. 2010

TAVEIRA, Cristiane Correia Por uma Didática da invenção surda: prática pedagógica nas escolas-piloto de educação bilíngue no município do Rio de Janeiro / Cristiane Correia Taveira; orientadora: Vera Maria Ferrão Candau. – 2014.

VIGOTSKI, Lev. Semenovich. Pensamento e Linguagem. 2 ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

_____. 1869-1934- A construção do Pensamento e da Linguagem. 2 ed. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2009.

VILHALVA, Shirley. Mapeamento das Línguas de Sinais Emergentes: Um Estudo Sobre as Comunidades Linguísticas Indígenas de Mato Grosso do Sul. (Dissertação de mestrado em Linguística) UFSC. 2009.

WITKOSKI, Sílvia Andreis. Educação de Surdos e Preconceito - Bilinguismo na Vitrine e Bimodalismo Precário no Estoque. (Tese de doutorado). UFPR. 2011.

Identificação da Autora



SILVANA ELISA DE MORAIS SCHUBERT

Doutoranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Mestre em Educação (UTPPR). Especialista em Educação Infantil, Educação Especial e Educação Bilíngue para Surdos: Libras-Língua Portuguesa. Professora na FAEL (Ensino Superior), na Librandus e na Prefeitura Municipal de Araucária. Participante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Políticas Educacionais.
E-mail: silschubert@yahoo.com.br